



Prezados Acionistas:

Para sua apreciação e confronto, apresentamos o quadro comparativo de faturamento, referente aos dois últimos exercícios.

1 - FATURAMENTO

(Excluídos Impostos e Outras Deduções)

| | 2010 | 2009 |
|-----------------------|----------------|----------------|
| | <u>R\$ MIL</u> | <u>R\$ MIL</u> |
| - Locação de Máquinas | <u>46</u> | <u>46</u> |
| T O T A L | 46 | 46 |

Conforme já relatado a V.Sas., a Cobrasma encerrou totalmente as suas atividades fabris.

Os valores demonstrados neste relatório correspondem ao faturamento de eventual locação de máquinas e equipamentos.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, comunicamos que permanece inalterado o contrato de serviços que mantemos com os auditores independentes, que prestam para nossa empresa única e exclusivamente, serviços de auditoria externa.

Osasco (SP), 28 de janeiro de 2011

Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho
Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

COBRASMA S.A.

Osasco – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cobrasma S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **Cobrasma S/A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da **Cobrasma S/A** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do **Cobrasma S/A**. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis

Considerando o mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis da **Cobrasma S.A.** e de sua controlada **Fornasa S.A.**, as referidas empresas se encontram inativas e, em decorrência, não estão gerando recursos suficientes para a liquidação de

suas dívidas. Os credores dessas Companhias estão discutindo judicialmente o valor das dívidas, o direito que possam ter sobre os ativos existentes e o valor a ser atribuído a tais ativos em uma eventual liquidação de seus débitos. Não conseguimos obter informações das instituições financeiras, nem dos órgãos públicos, sobre os valores devidos na data do balanço. Os valores dos encargos registrados no passivo da Companhia foram calculados com base nas disposições da legislação tributária vigente, nos contratos de empréstimos e financiamentos firmados e nas informações de seus consultores jurídicos.

Abstenção de opinião

Em decorrência da relevância dos possíveis efeitos advindos dos assuntos mencionados no parágrafo Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis, os valores registrados no ativo e no passivo da Companhia podem ser significativamente diferentes daqueles constantes nos seus registros contábeis, quando da conclusão das discussões judiciais em andamento. Dessa forma, não estamos em condições de opinar e, portanto, não opinamos sobre as demonstrações contábeis da **Cobrasma S.A.**, acima referidas.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, considerando a relevância do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis, também não estamos em condições de opinar e, portanto, não opinamos sobre a referida demonstração.

Ênfase

Em 31 de dezembro de 2010, em decorrência dos constantes prejuízos que vêm sendo apurados, a Companhia apresenta um patrimônio líquido negativo de R\$ 3.469.600 mil. As demonstrações contábeis mencionadas acima foram preparadas com base no pressuposto da sua continuidade operacional, ou seja, considerando a realização sem perdas relevantes dos ativos e a liquidação dos passivos no curso normal das operações. Se fossem adotados os princípios aplicáveis a uma empresa em liquidação, os valores constantes do balanço patrimonial poderiam ser substancialmente alterados.

São Paulo, 07 de março de 2011.

IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2SP 013.900/O-8

Fábio Cerboncini
Sócio Contador
CRC 1SP 079.347/O-3

COBRASMA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(EM R\$ MIL)

| | Nota | 31/12/2010 | 31/12/2009 | 01/01/2010 |
|--|--------|--------------------|--------------------|--------------------|
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| ATIVO | | | | |
| CIRCULANTE | | | | |
| Contas a receber de clientes | | 8 | 8 | |
| Créditos de funcionários | | 17 | 614 | |
| Depósitos em litígio | | 939 | 911 | |
| Outros créditos | | 591 | 221 | |
| Total do Ativo Circulante | | 1.555 | 1.754 | 1.754 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | | | |
| Outros Créditos | | 144 | 144 | |
| | | 144 | 144 | |
| Imobilizado | 3e - 6 | 173.472 | 4.670 | 176.298 |
| Total do Ativo Não Circulante | | 173.616 | 4.814 | 176.442 |
| | | 3.637.918 | 3.195.672 | 3.254.263 |
| | | 175.171 | 6.568 | 178.196 |
| TOTAL DO ATIVO | | 175.171 | 6.568 | 178.196 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| Capital social | 13 | 165.260 | 165.260 | 165.260 |
| Reservas de capital | | 87.439 | 87.439 | 87.439 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | 112.016 | - | 113.807 |
| Prejuízos acumulados | | (3.834.314) | (3.446.218) | (3.446.988) |
| Total do Patrimônio Líquido | | (3.469.599) | (3.193.519) | (3.080.482) |
| | | 175.171 | 6.568 | 178.196 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 175.171 | 6.568 | 178.196 |

COBRASMA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(EM R\$ MIL)

| | <i>Nota</i> | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2009</u> |
|---|-------------|-------------------------|-------------------------|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | 46 | 46 |
| OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | | |
| Despesas administrativas | | (1.586) | (3.193) |
| Despesas financeiras | | (360.695) | (263.993) |
| Despesas tributárias | | (94) | (117) |
| Provisão para passivo a descoberto de controlada | 5 | (49.330) | (34.420) |
| Reversão (Provisão) para processos judiciais | 3e | 23.452 | (2.066) |
| Depreciação de bens do ativo imobilizado | | (2.827) | (1.561) |
| Prejuízo na venda do imobilizado | | (770) | |
| Aluguéis | | 920 | 951 |
| Outras | | 110 | 34 |
| TOTAL DE OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | <u>(390.820)</u> | <u>(304.365)</u> |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DOS IMPOSTOS | | <u>(390.774)</u> | <u>(304.319)</u> |
| Realização dos impostos diferidos sobre avaliação patrimonial | 3f | 887 | |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | | <u>(389.887)</u> | <u>(304.319)</u> |
| PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$ | | <u>(3,80)</u> | <u>(2,97)</u> |

COBRASMA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(EM R\$ MIL)

| | Reservas de capital | | | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---------------------|-------------------------------|------------|----------------------|--------------------|
| | Capital social | Reserva especial Lei 8.200/91 | Outras | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2008 | 165.260 | 87.206 | 233 | (3.141.899) | (2.889.200) |
| Prejuízo do exercício | | | | (304.319) | (304.319) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2009 | 165.260 | 87.206 | 233 | (3.446.218) | (3.193.519) |
| Ajustes de avaliação patrimonial de imóveis | | | | 113.807 | 113.807 |
| Realização da avaliação patrimonial | | | | (1.791) | - |
| Prejuízo do exercício | | | | (389.887) | (389.887) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 165.260 | 87.206 | 233 | 112.016 | (3.834.314) |
| | | | | | (3.469.599) |

COBRASMA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(EM R\$ MIL)**

| | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2009</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Prejuízo do exercício | (389.887) | (304.319) |
| Valores que não afetam as disponibilidades | | |
| Depreciação de bens do ativo imobilizado | 2.827 | 1.561 |
| Valor da baixa do ativo imobilizado | 770 | |
| Variação monetária do exigível a longo prazo | 351.580 | 229.215 |
| Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos | (887) | |
| Provisão para perdas com investimentos | 49.330 | 34.420 |
| Reversão da provisão para contingências trabalhistas | (23.452) | |
| Constituição de provisão para contingências de longo prazo | 18.679 | 100 |
| Disponibilidades antes das mutações do capital de giro | 8.960 | (39.023) |
| Decréscimo (acrécimo) nas contas do ativo | | |
| Contas a receber de clientes | | - |
| Créditos de funcionários | (597) | 311 |
| Depósitos em litígio | 28 | (31) |
| Outros créditos (curto e longo prazo) | 369 | 41 |
| Acrécimo (decrécimo) nas contas do passivo | | |
| Fornecedores (curto e longo prazo) | 17 | (68) |
| Encargos sociais e fiscais | 1.679 | 891 |
| Contas a pagar (curto e longo prazo) | (327) | 33.448 |
| Decréscimo da provisão para contingências trabalhistas | (5.147) | |
| Disponibilidades líquidas provenientes das atividades operacionais | 4.982 | (4.431) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Capital de terceiros | | |
| Aumento de operações com controlada | 4.982 | 4.431 |
| | 4.982 | 4.431 |
| | | - |
| VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES | | |
| Saldo final de caixa e equivalentes | - | - |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes | - | - |
| | - | - |

COBRASMA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(EM R\$ MIL)**

| | <u>31/12/2010</u> | <u>31/12/2009</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| RECEITAS | 971 | 1.036 |
| Receita de vendas de mercadorias | 51 | 51 |
| Receitas de aluguel | 920 | 951 |
| Outras | | 34 |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | (5) | (5) |
| Impostos incidentes sobre vendas | (5) | (5) |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | 966 | 1.031 |
| RETENÇÕES | (2.827) | (1.561) |
| Depreciação | (2.827) | (1.561) |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO | (1.861) | (530) |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | (25.651) | (34.420) |
| Resultado de equivalência patrimonial | (49.330) | (34.420) |
| Reversão da provisão para contingências | 24.339 | - |
| Outras | (660) | |
| VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | (27.512) | (34.950) |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | (27.512) | (34.950) |
| Pessoal e encargos | 749 | 1.962 |
| Impostos taxas e contribuições | 94 | 117 |
| Juros e variação monetária sobre capital de terceiros | 360.695 | 263.993 |
| Outras | 837 | 3.297 |
| Prejuízo do exercício | (389.887) | (304.319) |

COBRASMA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em R\$ mil)**

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

Até maio de 1998, a companhia teve por objeto a produção de equipamentos para transporte ferroviário e rodoviário, para indústria siderúrgica, petroquímica e nuclear e para a produção de componentes para veículos automotores, bem como, o comércio, a importação e a exportação de todos os materiais e produtos que se compreendam no objeto destes. As suas atividades operacionais, a partir desta data, foram paralisadas.

Por força de decisão judicial de abril de 2002, da Vara do Trabalho da Comarca de Sumaré – São Paulo, conforme processo número 02578-1999-122-15-00-6, o imóvel de Hortolândia foi adjudicado pelos ex-empregados da companhia, representados pela sua associação de classe, pelo montante de R\$ 35.562 mil, conforme carta de adjudicação número 002/2002 da referida Vara.

Em 16 de maio de 2008, na Vara de Trabalho da Comarca de Hortolândia – São Paulo, foi homologado acordo conciliatório entre a companhia e seus ex-empregados, representados por suas associações de classe, para quitação e extinção do processo trabalhista de número 00189-2005-152-15-00-9, sendo a este atribuído o valor total de R\$ 24.520 mil. Como forma de pagamento ficou estabelecido a liquidação do valor total de R\$ 15.120 mil, em parcelas mensais a partir de maio de 2008, com vencimento final em 2012, e o valor de R\$ 9.400 mil como cessão aos ex-empregados de parte dos imóveis da Companhia de suas instalações na cidade de Osasco – São Paulo.

Em 18 de outubro de 2009, na 152ª. Vara do Trabalho da Comarca de Hortolândia – São Paulo, foi homologado acordo entre a companhia e seus ex-funcionários, representados por sua Associação de Classe, para quitação e extinção do processo trabalhista número 00247-2005-152-15-00-4, sendo a este atribuído o valor de R\$ 20.000 mil. Como forma de pagamento foram oferecidas: a) uma fração ideal do imóvel – matrícula 184 do 1º. Cartório de Registro de Imóveis de Osasco – São Paulo, no valor de R\$ 4.800 mil; b) área remanescente do clube Cobrasma, matrícula 60.775 do 1º. Cartório de Registro de Imóveis de Osasco – São Paulo, no valor de R\$ 10.000 mil; e c) máquinas e equipamentos no valor de R\$ 5.200 mil.

Quanto a área remanescente do clube Cobrasma, a companhia auxiliará os ex-trabalhadores, no que for possível, arcando com os encargos necessários para a alteração a ser realizada no zoneamento do respectivo imóvel, junto a municipalidade de Osasco, a fim de possibilitar a construção de residências ou comércio, sem quaisquer restrições neste sentido. Caso se torne impossível a alteração do zoneamento, o imóvel retornará à posse direta da companhia, cancelando-se a transferência convencionada, comprometendo-se as partes em retornar as negociações, reconhecendo o saldo devedor de R\$ 10.000 mil.

Em 14 de dezembro de 2010 a Juíza da Vara do Trabalho de Hortolândia emitiu a referida carta de adjudicação referente ao acordo mencionado.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios as quais levam em consideração as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, incluindo dispositivos alterados pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, bem como pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010.

Durante o ano de 2009 o comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM aprovou diversos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações cuja vigência é mandatória apenas para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com requerimento de que as companhias efetuem reapresentação das demonstrações contábeis do exercício comparativo.

Opcionalmente, a companhia poderia ter antecipado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a aplicação destes pronunciamentos, cuja adoção é mandatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Em face da companhia se encontrar com suas atividades paralisadas, sua Administração optou por não exercer essa faculdade para as demonstrações contábeis de 2009.

Os ajustes retroativos ao exercício de 2009, efetuados em 01 de janeiro de 2010, refere-se ao reconhecimento dos ajustes de avaliação patrimonial dos imóveis, previsto no CPC 27 e ICPC 10.

Em virtude da companhia não estar em condições de gerar recursos suficientes para a liquidação de suas dívidas com credores, os mesmos estão discutindo judicialmente os valores que tem a receber, bem como, os direitos que possuem sobre os ativos já entregues em garantia e aqueles que ainda possam ser utilizados para o pagamento de dívidas existentes.

Assim sendo, tomando por base o prognóstico dos advogados da companhia, os quais afirmam que os processos referentes a esses direitos e a essas obrigações não têm prazo determinado para conclusão, a administração resolveu classificar os valores envolvidos a longo prazo, em suas demonstrações contábeis, por entender que a sua liquidação não deverá ocorrer dentro dos próximos doze meses, com exceção da parcela de curto prazo do acordo trabalhista celebrado em maio de 2008, relativo ao processo número 00189-2005-152-15-00-9

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

a) Moeda Funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Apuração do resultado

As despesas, atualizações de passivos e receitas, são reconhecidas pelo regime de competência.

c) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a direção da companhia faça estimativas e adote premissas relacionadas com os ativos e passivos contábeis e com o montante de receitas e despesas apropriados. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

d) Investimentos

Está avaliado de acordo com o método da equivalência patrimonial. Vem sendo constituída provisão para perdas a fim de registrar a participação da empresa no patrimônio líquido negativo de sua controlada.

e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação calculada sobre o valor corrigido, pelo método linear. As construções estão sendo depreciadas com base na taxa anual de 4 % e os demais bens estão totalmente depreciados. Terrenos e construções referem-se a parte remanescente dos imóveis industriais.

Um item do imobilizado é baixado quando uma ação de execução trabalhista é concluída através de um processo de negociação de acordo para por fim a mesma. Os ganhos ou perdas são determinados pela comparação entre os valores acordados com o valor contábil e são inclusos no resultado do exercício em que ocorreu a homologação do acordo. As avaliações patrimoniais dos imóveis remanescentes foram efetuadas neste exercício através de empresa especializada, cuja contrapartida está registrada no patrimônio líquido em conta de Ajustes de avaliação patrimonial, e sua realização para Lucros acumulados ocorre através das depreciações ou por um acordo concluído.

f) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os Ajustes de avaliação patrimonial são reconhecidos no Patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Sua realização é reconhecida no resultado.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar judiciais trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montante considerados suficientes para cobrir prováveis perdas.

NOTA 4 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

| <u>Evento</u> | <u>Empresa</u> | <u>2010</u> | <u>2009</u> |
|----------------------------------|------------------|-------------|-------------|
| Operação de mútuo - saldo credor | Fornasa | 248.198 | 215.106 |
| Despesas financeiras | Fornasa | 28.111 | 24.426 |
| Receitas: | | | |
| - Aluguel | Hewitt Equiptos. | 234 | 272 |
| - Aluguel | Fornasa | 36 | 36 |

Sobre as operações de mútuo são cobrados encargos financeiros de 1% ao mês.

NOTA 5 – INVESTIMENTO EM EMPRESA CONTROLADA

O investimento efetuado na **Fornasa S.A.**, está assim demonstrado:

| | <u>2010</u> | <u>2009</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Capital Social | 7.231 | 7.231 |
| Quantidade de ações possuídas pela Cobrasma: | | |
| - Ações ordinárias | 35.000 | 35.000 |
| - Ações preferenciais | 47.392 | 47.392 |
| Ações representativas do capital social | 100.000 | 100.000 |
| Participação no capital social | 82,392% | 82,392% |
| Valor do passivo a descoberto | (487.371) | (427.498) |
| Prejuízo do exercício | (59.872) | (41.776) |
| Valor contábil do investimento | | - |
| Obrigação por operação de mútuo | 248.198 | 215.106 |
| Mutação da Provisão p/ Perdas c/ Investimentos | | |
| - Saldo inicial | (352.224) | (317.804) |
| - Resultado da equivalência patrimonial | (49.330) | (34.420) |
| - Baixa da Reserva de Reavaliação - Controlada | | - |
| Saldo final | <u>(401.554)</u> | <u>(352.224)</u> |

Até 30 de novembro de 1995, a empresa controlada teve por objeto principal a fabricação de tubos plásticos e metálicos, pintados ou galvanizados, de estruturas de aço tubulares ou de perfis, incluindo importação e exportação.

Em 1º de dezembro de 1995 a unidade fabril foi arrendada pelo prazo de dez anos, ensejando com que a controlada recebesse mensalmente entre 1% e 1,8% do valor do faturamento do arrendatário. Nessa ocasião foram paralisadas todas as demais atividades operacionais da empresa. A partir de abril de 2000, em decorrência de acordo judicial, essa receita de arrendamento passou a ser transferida para um dos credores da controlada, em liquidação de dívidas existentes.

Em virtude de estar com suas atividades operacionais paralisadas e em função de não estar gerando recursos suficientes para a liquidação de suas dívidas, os credores da controlada estão discutindo judicialmente os valores que tem a receber.

NOTA 6 – IMOBILIZADO

| | <u>Saldo 31/12/2009</u> | <u>Avaliação Patrimonial</u> | <u>Baixas</u> | <u>Deprecações acumuladas</u> | <u>Saldos 31/12/2010</u> |
|---|-----------------------------|----------------------------------|---------------------|-----------------------------------|------------------------------|
| Terrenos e construções | 4665 | 172.399 | (770) | (2.827) | 173.467 |
| Equipamentos, aparelhos, ferramentas e instalações | 5 | | | | 5 |
| Total | <u>4.670</u> | <u>172.399</u> | <u>(770)</u> | <u>(2.827)</u> | <u>173.472</u> |

NOTA 7 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO

Os financiamentos e empréstimos registrados no exigível a longo prazo, no montante de R\$ 1.884.655 mil (R\$ 1.604.941 mil em 2009), estão vencidos. Sobre esses empréstimos a companhia vem calculando juros de 1% a 1,5% ao mês, mais atualização monetária com base na Taxa Referencial - TR/Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

NOTA 8 – ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS A LONGO PRAZO

A rubrica encargos sociais e fiscais registrada no exigível a longo prazo tem a seguinte composição:

| | <u>2010</u> | <u>2009</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Contribuições a recolher (PIS, COFINS, FGTS e INSS). | 257.156 | 251.265 |
| Impostos a pagar (ICMS, IPTU, IPI, ISS e IR). | 258.763 | 251.038 |
| Parcelamento de débitos sociais e fiscais | 148.568 | 147.001 |
| Outros encargos sociais | 2.427 | 2.332 |
| Total | <u>666.914</u> | <u>651.636</u> |

Os encargos sociais e fiscais acima também estão vencidos, sendo calculados juros, multas e atualização monetária de acordo com a legislação aplicável.

NOTA 9 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências, no valor de R\$ 71.218 mil (R\$ 99.700 mil em 2009), classificada no exigível a longo prazo, foi constituída para garantir eventuais insucessos frente a processos trabalhistas em andamento e frente a discussão mantida com instituição financeira sobre encargos devidos por conta de empréstimos contraídos pela controladora.

NOTA 10 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

| <u>Descrição</u> | <u>R\$ mil</u> |
|---|----------------------|
| Provisão constituída sobre ajustes de avaliação patrimonial | 58.591 |
| Realização por depreciação de bens | (887) |
| Saldo em 31/12/2010 | <u>57.704</u> |

NOTA 11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em razão dos processos judiciais com credores, a administração da companhia não teve condições de identificar a ocorrência de diferenças relevantes entre os valores de mercado e os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e de 2009, originadas por operações envolvendo instrumentos financeiros naquelas datas, que requeressem divulgação específica em atendimento aos critérios estabelecidos pela Instrução CVM nº. 235/95.

NOTA 12 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A Companhia não possui: (i) plano de pensão; (ii) ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda; (iii) operações de hedge e (iv) ganhos/perdas em conversões monetárias. Assim sendo, não será apresentada a Demonstração do Valor Abrangente.

NOTA 13 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por 102.584.864 ações, sendo 40.304.114 ordinárias e 62.280.750 preferenciais, todas sem valor nominal. Às ações preferenciais é assegurada, em caso de liquidação da companhia, prioridade no reembolso do capital.

NOTA 14 – GARANTIAS PRESTADAS

| | <u>2010</u> | <u>2009</u> |
|--|----------------|----------------|
| Imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos: | | |
| - Alienação fiduciária | 24.852 | 24.852 |
| - Bens hipotecados | 52.763 | 52.763 |
| - Bens penhorados | 49.395 | 49.395 |
| Avais concedidos para controlada | <u>127.010</u> | <u>127.010</u> |

NOTA 15 – AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 21 de fevereiro de 2011 as quais consideram os eventos subseqüentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeitos sobre essas demonstrações financeiras.

LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL FILHO
Presidente

EMIVAL PEIXOTO GUIMARÃES
Téc. Contabilidade CRC 1SP081353/O-8
CPF 429.961.808-44

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL FILHO
Presidente

LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL NETO

ROGERIO CARVALHAES

DECLARAÇÕES

(Instrução CVM n.º 480, 07 dezembro de 2009 – artigo 25, § 1º itens V e VI)

A administração da Companhia, na pessoa de seu Presidente, declara que o conjunto das demonstrações financeiras foram preparadas, revisadas e discutidas e não existe nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Declara, ainda, que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL FILHO
Presidente